



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

**ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA CÂMARA TÉCNICA  
DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E  
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**

1  
2  
3  
4  
5 **LOCAL:** virtual

6 **DATA:** 21 de março de 2024

7 **HORÁRIO:** 10h

8

9 **PRESENTES À REUNIÃO**

10

11 **SES:** Lourdes Remor (CIB), Arieli Fialho (GEDIM), Fábio Gaudenzi Faria (SUV),  
12 Michele Telles (DIVS), João Fuck (SUV), Amanda de Abreu (SUV/SES), Gisele  
13 Caminha (LACEN/SC – VS), Deyse Angelini (GERSA Chapecó), Tatiane da Silva  
14 Huergo (CEREST – APS) Francislaine Garcia (DVS), Nádia (CEREST), Katherin  
15 (SUV).

16

17 **COSEMS:** Maria Cristina Willemann (COSEMS), Juliana Rigo (VISA Blumenau),  
18 Cristiane de Lima Pacheco de Miranda Lima (Região Vale do Itapocu), Pedro  
19 (VISA/AMFRI), Heloísa Steffens Fernandes (representante (APS Região Nordeste),  
20 Marcelly Deitos Vicini (Peritiba - Alto Uruguai Catarinense), Carolina de Melo  
21 Pessotto (APS/Gersa Fpolis), Samuel Bucco (Criciúma), Verônica Valentim da  
22 Silva (APS, Região de Laguna), Lucas Rafael R. da Silva (APS Região Alto Vale do  
23 Rio do Peixe), Simone Costa dos Santos (APS Extremo-Sul), Jonieli de Jesus (APS  
24 Região Meio-Oeste), Romana R. Ebele (APS de Taió), Daniela Ap. Fritzen (APS  
25 Planalto Norte) (Kalinka – APS/Tubarão), Elisandra Sander (APS), A Ribeiro  
26 (Balneário Camboriu), Marlei (Irineópolis).

27

28 **COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: MARIA CRISTINA WILLEMANN**

29

30

**PAUTA**

31

1. Planos Municipais de VIGIDESASTRES (DIVS);

32

2. Estratégia de Vacinação nas Escolas e Campanha de Influenza (DIVE);

33

3. Portaria 3.160 para solicitação de R\$ nas emergências (DIVE);

34

4. Situação da dengue em SC (DIVE);

35

5. Responsabilidade de encaminhamentos de insumos (COSEMS); e,

36

6. Orientações quanto a ausência de CEREST na Região do Meio Oeste (COSEMS).

37

38

39

1. **Testes Rápidos.** Incluído na pauta.

40

Essa demanda veio da Região de Laguna. Solicitam o envio de testes rápidos para COVID para a Região de Laguna. Maria Cristina cita, que pelo que sabe, o MS não encaminhou testes este ano. Fábio Gaudenzi (Superintendente de Vigilância em Saúde) informa que o MS que fornecia todos os testes. João Fuck (Diretor da DIVE) cita que o MS havia feito um plano para o envio de antígenos

41

42

43

44



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

45 para os estados. Mas, este ano o MS não tem mais enviado. Receberam uma  
46 doação da OPAS somente. Cita que o MS informou que há um desabastecimento.  
47 João refere que o estado continua ofertando os PCRs por meio do LACEN. O MS  
48 elaborou uma Nota Técnica priorizando os PCRs. Maria Cristina questiona sobre  
49 o afastamento do trabalho. João cita que está sendo por meio dos sintomas ou 5  
50 dias pela testagem. Maria Cristina questiona se já algum plano por parte do  
51 estado para ofertar os testes rápidos aos municípios. Fábio Gaudenzi, esclarece  
52 que na última Ata, não foram utilizados pelos municípios, sendo assim, não existe  
53 provimento no orçamento por parte do estado para aquisição de testes rápidos. O  
54 MS informou que há um desabastecimento por falta de processo licitatório.  
55 Katheri (Grande Florianópolis) cita que necessitam saber sobre o afastamento do  
56 trabalho. Os pacientes chegam à porta das unidades e os técnicos ficam até  
57 confusos por falta de testes rápidos, de saber como proceder. Katheri (Grande  
58 Florianópolis) sugere que o MS seja sensibilizado para o fornecimento dos testes  
59 rápidos. Samuel Bucco questiona se há necessidade de protocolo para  
60 afastamento da Covid?.Fábio Gaudenzi informa que são 48h até o fim da febre.  
61 Samuel Bucco sugere padronizar os protocolos.

62 **Encaminhamentos:** Maria Cristina fará o levantamento nos municípios quanto a  
63 necessidade de apoio do estado, de testes rápidos. Atualizar o protocolo com  
64 isolamento e precauções inclusive para a Covid.  
65

## 66 **2. Planos Municipais de VIGIDESASTRES.**

67 Fábio Gaudenzi informa que a diretora Lucélia pediu para sair da direção da  
68 Vigilância Sanitária e está em seu lugar Arion Godoi como diretor. Arion Godoi dá  
69 as boas vindas. Michele Telles (Gerente/DIVS) coloca que no fim do ano passado  
70 a totalidade dos municípios com planos. 247 planos foram elaborados. Faltaram  
71 48 planos. E houve municípios grandes como Balneário Camboriu, Rio do  
72 Sul, Tubarão que não elaboraram seus planos. Foi prorrogado para 29 de  
73 setembro de 2023. Questiona o que pode fazer para auxiliar esses municípios  
74 que não encaminharam os seus planos. Maria Cristina cita que Tubarão está na  
75 lista como feito o plano. Michele cita municípios da Região de Mafra. Michele  
76 esclarece que os que encaminharam e não constam na lista, eles podem ser  
77 incluídos. Arion Godoi (diretor DVS) solicita que a DVS juntamente com a CIB,  
78 verifiquem os que faltaram. Fábio Gaudenzi sugere uma lista de municípios  
79 faltantes e que os apoiadores do Cosems poderiam fazer a validação dos  
80 encaminhamentos à CIB/SES. E solicitarem aos municípios, o posicionamento  
81 quanto a necessidade de ajuda por parte do estado para elaboração do plano.  
82 Michele acredita que alguns municípios não elaboraram o plano e alguns não  
83 submeteram a aprovação da CIR.

84 **Encaminhamentos:** Verificar os planos encaminhados na CIB e tentar buscar  
85 nos municípios os planos não encaminhados, não elaborados. E auxiliar os  
86 municípios que necessitarem de ajuda para a elaboração do plano.  
87

## 88 **3. Estratégia de Vacinação nas Escolas e Campanha de Influenza.**

89 Ariele Fialho (Gerente/DIVE) com relação à vacinação nas escolas, já existe um  
90 agendamento nas escolas. O MS sugeriram a data de 18 de março a 18 de abril  
91 para desenvolver ações que se adequem mais a realidade de cada localidade. O  
92 MS priorizou algumas vacinas. O MS fez a divisão do recurso para todas as



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

93 escolas, mesmo para as que não pactuare o PSE – Programa Saúde na Escola.  
94 Pensaram a Campanha da Polio para junho e julho de 2024. Também está  
95 previsto o monitoramento a partir de junho de 2024. Referente à Campanha da  
96 Influenza, informa que já receberam a primeira remessa. Hoje, já estão sendo  
97 encaminhadas para os municípios. Quanto ao registro, cita que haveria uma  
98 atualização do e-SUS e deste para Campanha. Os municípios tem a liberdade de  
99 utilizar o e-SUS ou RIA -C. O risco é de não obter os registros. Maria Cristina  
100 Wilemann (Cosems) informa que o recurso referente ao PSE ainda não foi  
101 repassado aos municípios. Cita que é necessário material didático para apoiar o  
102 professor, relacionado com a vacinação. Com relação à informação, cita que  
103 sabe que tem falhas e cita o SPNI, o E-SUS e os sistemas próprios. A  
104 recomendação de utilizar o SPNI é válido, mas devem dar liberdade aos  
105 municípios que utilizem o sistema próprio. Maria Cristina cita que o recurso  
106 humano é limitado na unidade, neste cenário de dengue, fazer campanha.  
107 Samuel Bucco (Criciúma) cita que o Município não permite fazer a vacina dentro  
108 da escola, por falta de tempo dos pais. Então, a escola teria que fazer na entrada  
109 e na saída, que não seria o adequado pelo acolhimento à criança. Isso acaba  
110 afetando a cobertura. A Ribeira (Balneário Camboriú) cita também a dificuldade  
111 em fazer a vacina dentro da escola. Não há uma adesão expressiva. Katheri cita  
112 que possuem dificuldades em vacinar nas escolas em São José. Fizeram uma  
113 articulação com a Secretaria de Educação e também o Conselho de Educação  
114 que agrega as escolas particulares. Enviaram o cronograma da vacinação para as  
115 escolas. Coloca que os professores que não querem segurar a criança para a  
116 vacinação. O que fizeram? A estratégia de Saúde da Família é que foram nas  
117 escolas e isso ampliou a cobertura da vacinação. Cita também, que o PSE é  
118 muito atuante em São José. Ângela Blatt Ortiga lembra o PSE que está na  
119 Atenção Primária à Saúde. Cita que a dificuldade é em relação à articulação com  
120 a educação. Em alguns municípios funcionam bem. Existem materiais no PSE.  
121 Hoje, no Telessaúde, o pessoal da educação pode se cadastrar. A parte central  
122 da SES possui uma boa articulação com a educação. Quanto aos sistemas de  
123 informação, não se tem certeza da atualização. Outro fato, deveria ter uma Nota  
124 Técnica explicitando sobre esses sistemas de informação. Nem todos dominam  
125 os sistemas de informação como o e-SUS, o SPNI. João Fuck, com relação à  
126 vacinação nas escolas é recente pelo MS, não existem obrigações, mas cada um  
127 adequa a sua realidade. A experiência apresentada por São José parece muito  
128 boa. O estado fará em cooperação com a OPAS um microplanejamento com a  
129 utilização do recurso. João Fuck cita que os sistemas próprios não estão  
130 conseguindo fazer a transmissão dos dados. Maria Cristina Willemann cita a  
131 transferência do recurso do microplanejamento para a OPAS como sendo boa  
132 iniciativa. Questiona como o recurso se transformará em ação. Cita que existem  
133 articulações com as secretarias de educação, mas existe uma articulação maior  
134 com a Secretaria Estadual da Educação. A Saúde deve dar elementos para a  
135 educação para a educação entender que a saúde precisa entrar nas escolas. Cita  
136 que ao escolher um sistema de informação, deve saber se o mesmo está  
137 atualizado. Sugere uma Nota Técnica da SES para esclarecimentos sobre os  
138 registros. Arielle Fialho afirma que vacina não registrada é vacina não aplicada.  
139 Ariel Fialho sugere que utilizem o SPNI no momento para o registro das vacinas.  
140 Marlei (Irineópolis) cita que os técnicos garantem que os dados estão sendo



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

141 enviados e o sistema de registro é o sistema próprio. A orientação que veio da  
142 Regional de Saúde é que era proibido a utilização de sistema próprio. Marlei  
143 questionou a Regional sobre onde estava escrito esta proibição. A dúvida era  
144 essa, se poderiam ou não utilizar o sistema próprio. Katherin sugere que coloque  
145 na Nota Técnica que registrem no SPNI e os que possuem o sistema próprio,  
146 registrem no sistema próprio e façam a migração dos dados. João Fuck refere  
147 que transferência de dados não é garantia de integração de dados. Cita que o  
148 município precisa ter a responsabilidade. O estado utiliza os dados oficiais  
149 disponíveis no MS. A opção é do município, mas a responsabilidade é do  
150 município quanto a cobertura vacinal.

151 **Encaminhamentos:** Registrar os dados das vacinas no SPNI, se possível. João  
152 propõe uma reunião com a educação.

153

154 **4. Portaria 3.160 para solicitação de R\$ nas emergências.**

155 Fábio Gaudenzi (SUVIS) informa que encaminharam um ofício circular para todos  
156 os municípios a Portaria MS 3.160 de 2024, orientando sobre a utilização de  
157 recursos em situação de emergência. Aqui em SC, o problema agora é a dengue,  
158 sobretudo. Informa que há recurso disponível para situações de emergência. João  
159 Fuck (DIVE) esclarece que não há necessidade de decreto de emergência. É  
160 suficiente que o município declare estado de emergência. O Município elabore um  
161 ofício e encaminhe para o Departamento de Emergência no MS, solicitando o  
162 recurso para casos de emergências. O MS faz o cálculo do montante necessário  
163 e, posteriormente, o município presta a conta das ações em que foram aplicados  
164 os recursos. Maria Cristina Willemann menciona que os técnicos e a direção das  
165 vigilâncias do estão são referências para o Cosems, mais que o MS. Cita que são  
166 muito fortes em conhecimento. Fábio Gaudenzi esclarece que são 3 componentes  
167 nesta Portaria MS 3.160.

168

169 **5. Situação da Dengue em SC.**

170 João Fuck informa que SC está com 65.000 casos de dengue prováveis e 31  
171 óbitos. O cenário continua, há transmissão intensa. Cita que foi publicada uma  
172 Nota Técnica 7/2024 junto com o Lacen para aplicação de testes rápidos. Teste  
173 rápido negativo não descarta o caso. Não maneja como dengue e era dengue. A  
174 Nota Técnica Conjunta 7 de 2024 está disponível no site da DIVE. Maria Cristina  
175 informa que o Cosems fará a partir da próxima semana, seminários  
176 macrorregionais para seleção de trabalhos e levarão as informações atualizadas  
177 sobre a dengue, imunizações, e-multis e outros. Referente à Nota Técnica, quanto  
178 ao teste rápido, o Lacen informa que cada município que for adquirir o teste,  
179 obsevem o tipo de teste, da sua funcionalidade.

180

181 **6. Responsabilidade de encaminhamentos de insumos.**

182 Maria Cristina Willemann (Cosems) cita um caso de botulismo no Oeste e não  
183 sabiam com transportar a amostra. Fábio Gaudenzi informa que o  
184 encaminhamento até o Lacen é de responsabilidade da unidade que fez a coleta  
185 ou da vigilância do município com o apoio logístico das regionais de saúde. Nos  
186 fins de semana, em casos de emergências, as regiões encaminham as amostras.  
187 Em algumas regiões, como é o caso de Lages, os municípios se juntaram e  
188 encaminham as amostras nos fins de semana, quando as regionais não



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

189 conseguem fazer essa logística, não possuem estrutura para isso (carro,  
190 pessoal). Maria Cristina espera que as regionais sejam fortalecidas para que elas  
191 possam dar apoio aos municípios. Cita que as vigilâncias, nos municípios, contam  
192 muito com o apoio das regionais. Fábio Gaudenzi esclarece que a estrutura da  
193 regional não atende somente as vigilâncias. Fábio solicita a Maria Cristina que  
194 encaminhe à SUVIS se existem outros problemas semelhantes para poder discutir  
195 com a diretoria responsável pela regionalização. Maria Cristina fará um  
196 levantamento junto às CIRs e aos apoiadores do Cosems. O município conta com a  
197 estrutura da regional. Lacen coloca que melhorar o transporte das amostras seria  
198 uma iniciativa boa. Ângela Blatt Ortiga, diretora da DAPS, agradece por terem  
199 aceitado em realizar a reunião conjunta. Refere que foi uma ótima reunião.

200

**201 7. Orientações quanto a ausência de CEREST na Região do Meio Oeste.**

202 Maria Crisitina cita que os gestores questionam como farão as ações já que não  
203 possuem CEREST implantado na Região. Nádia (CEREST) esclarece que quem  
204 apoia essa região é o estado. Mas, cita que os municípios são treinados para  
205 realizarem as ações de saúde do trabalhador. Nos casos em que os municípios  
206 se sintam impossibilitados de realizarem ações, deverão acionar o CEREST  
207 estadual que apoiarão ou farão a ação conjunta. Nádia sugere que vejam se  
208 algum município da região queira implantar o CEREST. O recurso é o montante  
209 de R\$ 36.000,00 mensais. Fábio Gaudenzi encerra a reunião, agradece a todos,  
210 agradece a Ângela Blatt Ortiga pela reunião conjunta.

211

212

213

**LOURDES DE COSTA REMOR**  
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite